

A FEMINIZAÇÃO DO TRABALHO¹

Dolores Pereira Ribeiro²

A política econômica do pós-guerra é acusada de ser a principal responsável pela inflação e falta de competitividade dos produtos nacionais nas economias periféricas. A nova orientação econômica tem o objetivo de promover a reinserção dessas economias no contexto internacional.

A tentativa brasileira se faz num contexto de crise internacional, por uma adequação rápida e desgovernada iniciada no governo Collor.

“No campo do mercado e das relações de trabalho, ela associa a indexação dos salários às raízes da inflação e os problemas de produtividade e o crescimento da informalidade ao anacronismo do marco regulatório.”³

O país modifica as relações de trabalho para maior flexibilidade na alocação de tempo e na remuneração paga. A flexibilização altera a divisão técnica do trabalho, introduz a terceirização e promo-

¹ Palestra proferida no Seminário “Construção do Diagnóstico do Mercado de Trabalho em Campo Grande-MS”, realizado pela Coordenadoria de Apoio aos Órgãos Colegiados - Comissão Municipal de Emprego e Renda - Prefeitura Municipal de Campo Grande, em 8 de outubro de 1998.

² Coordenadora do Núcleo de Estudos da Família e Professora da Universidade Católica Dom Bosco. Doutoranda em Ciências Sociais pela PUC-SP.

³ DE DECCA, Claudio. *Brasil e México: economia e emprego*, p. 9

ve a crescente desregulamentação dos contratos de trabalho.

A reestruturação produtiva não é a única a determinar a flexibilização do trabalho. Esta se dá dentro de um novo processo de organização da economia e da sociedade. “*O mergulho abaixo da superfície traz as implicações dos processos de transformação política, econômica e social, que alteram e aprofundam determinadas características do mundo do trabalho*”⁴.

O acesso das mulheres ao mercado de trabalho se dá pela adoção de formas alternativas de produção, representadas pela eventualidade, subcontratação e ausência de estabilidade. As mulheres assumem tarefas até então masculinas, mas com a manutenção do caráter de subordinação.

A feminização da força de trabalho se dá na implantação do novo processo produtivo que utiliza equipamentos tecnologicamente mais elaborados e trabalhadores qualificados. Contudo, “*...a tecnologia, as mudanças tecnológicas e as inovações tecnológicas não têm as mesmas conseqüências para homens e para mulheres; não têm as mesmas conseqüências para homens e mulheres em países desenvolvidos ou em vias de desenvolvimento...*”⁵

A participação feminina no mercado de trabalho insere-se no processo da reestruturação do capitalismo com a flexibilização, que se beneficia dos salários mais baixos, trabalho domiciliar, parcial e eventual. As mulheres são alocadas em tarefas menos especializadas em que pouco interfere a baixa escolaridade.

“A organização do trabalho reflete as imagens de gênero existentes na sociedade. Existem mitos relacionados à impontualidade, faltas e rotatividade. Proteção à maternidade é sinônimo de custos,

⁴ BRESCIANI, Luís P. *Flexibilidade e reestruturação: o trabalho na encruzilhada*, p. 90.

⁵ ABREU, Alice de Paiva Rangel. *Especialização flexível e gêneros: debates atuais*, p. 52.

*mesmo quando o Estado assume a responsabilidade. Reforça-se assim, a imagem da mulher reprodutora sobre a da trabalhadora.*⁶

*“Estas imagens figuram como ideologia e como representações, que são trazidas pela vivência e se constituem um dado do real. As representações acabam por impulsionar novas ações, interligando o substrato material com o universo simbólico”*⁷.

As ações desenvolvidas pelo capital deixam transparecer que a principal ocupação feminina é a prole e o trabalho doméstico. O trabalho feminino torna-se então o mais indicado para atender às necessidades impostas pela competitividade.

Na condição de assalariadas suplementares, a maioria das mulheres, mesmo exercendo trabalho pago, dependem de homens assalariados. A composição do gênero na força de trabalho de cada país sofre o impacto das políticas públicas na educação e das condições de ingresso no mercado de trabalho.

Situações de crise econômica aumentam a participação feminina na economia, através do ingresso no mercado de trabalho, como estratégia para enfrentar a perda do poder aquisitivo dos salários masculinos.

*“Las mujeres no sólo están aumentado su compromiso com el trabajo remunerado sino también están buscando fuentes alternativas de ingreso através del sector informal, la migración y la producción doméstica”*⁸.

“Surge nesse contexto uma nova figura salarial feminina. As mulheres são as primeiras vítimas da instabilidade do empre-

⁶ ABRAMO, Laís. *América Latina: políticas de recursos humanos y modernización productiva*, p. 47-74.

⁷ SAFFIOTI, Heleith I. B.; ALMEIDA, Suely S. de. *Violência de gênero*, p. 48-53.

⁸ SAFA, Helen I. *Reestruturación económica y subordinación de género*, p. 163.

go, menores salários e doenças profissionais. Mesmo com a automatização do trabalho repetitivo e monótono, ressurgem técnicas que puxam a produção para atender à demanda, já que não existem mais os estoques. Dispositivos de controle total existentes nos anos 70 como por exemplo o controle das idas ao banheiro, são mantidos e aprimorados”⁹.

No caso específico do Brasil, dois artigos de Cristina Bruschini¹⁰, que tratam do trabalho feminino, são retomados por nós. Neles a autora discute a participação das mulheres no mercado de trabalho pela análise dos dados apresentados no PNAD de 1980 e 1990, RAIS de 1988 e Recenseamento de 1991.

A urbanização, as mudanças no comportamento feminino, a expansão da escolaridade, a necessidade de completar renda ou ampliar consumo, são apontadas pela autora como fatores que levam a mulher brasileira para o mercado de trabalho.

O segmento da economia apresenta uma expansão nos anos 80, juntamente com todo o setor terciário, principalmente nas regiões menos industrializadas. As relações de gênero são assimétricas e hierarquizadas, trazendo a necessidade de articulação entre a vida familiar e o trabalho. O setor público é aquele que além de oferecer emprego, fornece também benefícios que tornam disponível a mão-de-obra feminina.

O nordeste do país concentra maior mão-de-obra feminina no setor público. No sul encontram-se mais alternativas de emprego, mesmo assim as atividades são pouco rentáveis e sem o amparo da economia formal, legislação trabalhista e previdenciária. As diferenças regionais acentuam a desigualdade instalada.

⁹ HIRATA, Helena. *Globalização, trabalho e tecnologias: uma perspectiva de gênero*, p. 2-4.

¹⁰ BRUCHINI, Cristina. *O trabalho da mulher no Brasil: comparações regionais e considerações sobre o Mercosul e Desigualdades de gênero no mercado de trabalho brasileiro: o trabalho da mulher no Brasil e nas regiões nordeste e sudeste na década de oitenta.*

É mais expressiva a participação das mulheres nas atividades de saúde e no magistério. Aumentou na década de 80 a atividade feminina no comércio, funções administrativas e técnico-científicas. A escolaridade está presente no trabalho das mulheres, já que mais da metade delas possui nove anos ou mais de escolarização.

As ocupações se dão em empregos em que é menor a competição, tarefas que exigem pouca qualificação, a consequência é um rebaixamento salarial. Também é menor o índice de sindicalização entre as trabalhadoras.

Passemos adiante com o objetivo de mostrar como alguns desses aspectos se apresentam na população urbana do Mato Grosso do Sul, usaremos para tanto as PNAD de 1990 e 1995 e o censo de 1991.

O lugar é Mato Grosso do Sul, um Estado criado pelo desmembramento do Estado de Mato Grosso em 1977, cuja capital, Campo Grande, concentra a maior parte da população do Estado, aproximadamente 580 mil habitantes.

O peso econômico está nas atividades do setor primário da economia. Mato Grosso do Sul possui o maior rebanho de gado de corte do país e exporta carne para a CEE. As lavouras de exportação, principalmente soja, estão em frequente expansão nas últimas décadas.

“verificamos que a mão-de-obra ocupada na agropecuária cresceu até 1975, quando tivemos um forte fluxo migratório e o processo de ocupação das terras. A partir de então, dado o elevado processo de mecanização da agricultura praticada no Estado, com destaque para a cultura da soja, a absorção da mão-de-obra pela agricultura fica estagnada [...] esta situação determina o inchamento da cidade onde o setor terciário responde por maior parte do emprego”¹¹.

¹¹ VERRUCK, Jaime Elias. *Op. cit.*, p. 61.

De acordo com o PNAD de 1995, 79,1% da população ocupada do Estado encontra-se em área urbana. Em se comparando com a PNAD de 1990, o aumento da população ocupada na área urbana está acompanhado da redução da ocupação na área rural, fato que pode indicar deslocamento para a cidade.

O aumento populacional do Estado pode, também, estar relacionado com trocas inter-estaduais na região limítrofe com o norte do estado do Paraná e oeste de São Paulo já que “*no contexto nacional, observou-se uma diminuição generalizada das taxas de crescimento populacional [...] apesar da urbanização ainda crescente*”¹².

Após a divisão do estado de Mato Grosso, com a criação de Mato Grosso do Sul (1979), registrou-se um fluxo migratório acentuado para a região, principalmente para a capital Campo Grande.

Numa análise do cruzamento população urbana ocupada com sexo obtivemos os seguintes dados:

TABELA 1

Pessoas ocupadas por sexo, na área urbana nos anos de 1990 e 1995

Mato Grosso do Sul

Ano	URBANA	MS	HOMENS		MULHERES	
	Total	%	Total	%	Total	%
1990	599 848	100,00	386 025	64,3	213 823	35,7
1995	713 878	100,00	429 737	60,1	284 141	39,9

Fonte: IBGE, PNAD 90 e 95. Cálculos do autor.

¹² BAENINGER, Rosana; CUNHA, José Marcos P. da. *Migração, dinâmica regional e projeções populacionais*, p.107.

O total da população ocupada em área urbana cresceu em 19% no período 1990-1995. Esta elevação foi acompanhada de uma redução de 6,5% na taxa de ocupação masculina e aumento de 11,7% na ocupação feminina.

Incluindo o dado grupo de idade podemos perceber a faixa etária em que ocorreu a variação de forma mais acentuada:

TABELA 2

Pessoas ocupadas por sexo em área urbana, segundo grupos de idade
Mato Grosso do Sul, 1990 e 1995

Grupos de idade	Homens		Mulheres	
	1990	1995	1990	1995
10 a 14 anos	4,2	3,5	3,6	4,4
15 a 19 anos	14,0	13,2	14,6	11,3
20 a 24 anos	15,4	13,5	16,5	14,1
25 a 29 anos	13,2	12,4	14,4	14,6
30 a 39 anos	22,8	24,5	27,6	27,0
40 a 49 anos	16,0	17,4	15,4	18,0
50 a 59 anos	9,5	10,5	6,3	7,6
60 anos ou mais	4,9	5,0	1,6	3,2
Total	100%	100%	100%	100%

Fonte: PNAD 1990 e 1995. Cálculos do autor.

As mulheres mais jovens até 29 anos, apresentam taxa de ocupação menor do que a encontrada entre as mulheres mais velhas, com mais de 30 anos.

Podemos verificar que no Estado aumenta o chamado trabalho infantil, feminino, apesar dos inúmeros programas que se implantam para o seu combate, como é o caso do “vale cidadania”.

Recuperando-se os dados da população mais jovem, até 24 anos, a redução na taxa de ocupação se verifica tanto para homens como para mulheres.

Já entre a população adulta, com mais de 25 anos, os números apresentam elevação entre homens e mulheres, exceto no grupo de 25 a 29 anos em que há uma retração de 6,0% para a ocupação masculina.

Entre as mulheres mais velhas, acentua-se de forma mais significativa o ingresso na PEA, um aumento de 23,6% entre os anos de 1990-1995 para as mulheres com 40 anos ou mais.

Os dados apresentados correspondem ao período em que o Brasil já vivenciava transformações econômicas, reestruturação econômica, com vários desdobramentos, entre eles a reestruturação urbana.

*“A expressão reestruturação urbana também tem sido usada para descrever o impacto destas transformações sobre as cidades[...] ao desdobrar seus argumentos, Soja (1994) chegou a identificar seis formas distintas de reestruturação urbana: a urbanística, a social, a política, a econômica, a cultural (ou simbólica) e a étnica.”*¹³

Tomando da citação o termo reestruturação social, esta se apresentaria como um quadro de transformações que reflete as modificações do espaço produtivo, uma vez que,

¹³ MADERA, Felícia; TORRES, Haroldo. *População e reestruturação produtiva: novos elementos para projeções demográficas*, p. 4.

*“as mulheres também têm conseguido aumentar sua taxa de participação, mesmo num mercado em crise. O desemprego e o desalento crescente entre os jovens, combinados com este aumento da taxa sugerindo uma mudança nos arranjos familiares relativos à participação dos membros da família no mercado de trabalho.”*¹⁴

Os impactos da busca da eficiência econômica sobre a organização do trabalho se fazem no sentido de flexibilizar alocação do tempo de execução das tarefas e remuneração paga ao trabalhador.

A reestruturação econômica também se verifica em área urbana pouco industrializada, pois dentro de um quadro regional (MERCOSUL) e nacional (CENTRO - OESTE do BRASIL), a destruição do setor agrícola a partir dos anos 70, acaba por gerar um encolhimento da população fixada na atividade rural e uma expansão da alocação de mão-de-obra no setor terciário da economia. Dentro deste, atividades de serviços que foram feminizadas ao longo do tempo, aquelas em que preponderam as mulheres como, por exemplo os serviços domésticos e o magistério. Desta forma, a inserção feminina, caracterizada por baixos salários, promove o empobrecimento da população.

*“De fato, o aumento da pobreza registrado nos anos 80 atingiu novos grupos sociais - os denominados ‘novos pobres’, tornou-se mais agudo entre os próprios setores pobres, conferiu maior vulnerabilidade a determinados membros dessas famílias, por exemplo, mulheres...”*¹⁵

¹⁴ Ibid, p. 8.

¹⁵ INFANTE, Ricardo. *Mercado de trabalho e pobreza urbana no processo de ajuste*, p. 194.

BIBLIOGRAFIA

- ABRAMO, Laís. *Sociologia del trabajo, género y reestructuración productiva*. Santiago, jun. 1997. (mimeo.).
- ABREU, Alice Rangel de Paiva. “Especialização flexível e gênero: Debates atuais”. In: *São Paulo em Perspectiva*, 8/1:55-57, mar. 1994.
- BRESCIANI, Luís Paulo. “Flexibilidade e Reestruturação: O trabalho na encruzilhada”. In: *São Paulo em Perspectiva*, 11/1: 88-97, mar. 1997.
- BRUSCHINI, Cristina. “Mulher e trabalho: uma avaliação da década da mulher (1975-1985)”. In: CARVALHO, Nanci Valadares (org.). *A condição feminina*. São Paulo : Vértice, 1988.
- _____. *O trabalho da mulher no Brasil: comparações regionais e considerações sobre o Mercosul*. São Paulo : FLACSO, 1995 (mimeo.).
- _____. “Desigualdades de gênero no mercado de trabalho brasileiro: o trabalho da mulher no Brasil e nas regiões nordeste e sudeste na década de oitenta”. In: LIGOCKI, Malô S. L.; LIBARDONI, Marlene (coods.). *Discriminação positiva ações afirmativas: em busca da igualdade*. 2.ed. São Paulo : CFEMEA/ELAS, 1996.
- CARUSO, Luiz Antonio Cruz. “Empregabilidade e reconversão profissional: trabalhadores desligados da indústria”. In: *São Paulo em perspectiva*, 11: 70-81, mar. 1997.
- FRANÇA, Barbara Heliodora. “Nova classe média ou novo proletariado?”. In: *São Paulo em Perspectiva*, 8:42-51, mar. 1994.
- HELLER, Agnes. “A concepção de família no estado de bem estar-social”. In: *Revista Serviço Social e Sociedade*, 24: 5-31, São Paulo : Cortez, 1997.

- HIRATA, Helena. *Globalização, trabalho e tecnologias: uma perspectiva de gênero*. Rio de Janeiro, 1997. (mimeo.).
- INFANTE, Ricardo. “Mercado de trabalho e pobreza urbana no processo de ajuste”. In: *São Paulo em Perspectiva*, 8:184-196, mar. 1994.
- MADEIRA, Felícia. “População e reestruturação produtiva: novos elementos para projeções demográficas”. In: *São Paulo em Perspectiva*, vol.10/2:3-8, jun. 1996.
- SAFFIOTI, Heleieth I. B.; ALMEIDA, Suely Souza. *Violência de gênero: poder e impotência*. Rio de Janeiro : Revinter, 1995.
- SAMARA, Eni de Mesquita. *Gênero em debate: trajetória e perspectiva na historiografia contemporânea*. São Paulo : EDUC, 1997.
- TODARO, Rosalba; RODRIGUEZ, Regina (editoras). *El trabajo de las mujeres en el tiempo global*. Santiago : Isis Internacional, nov. 1995.

FONTES DAS TABELAS

- FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio - PNAD 1990. Rio de Janeiro: IBGE, v. 14, n° 3, Brasil e Regiões, 1993.
- _____. PNAD 1995. Rio de Janeiro: IBGE, s.d.
- _____. Censo Demográfico 1991. Família e Domicílios n. 25. Rio de Janeiro: IBGE, 1996.
- _____. Mapa do mercado de trabalho no Brasil n. 1. Rio de Janeiro : IBGE, 1994.